

Entre a palavra e a ação: o compromisso de Tocqueville com a liberdade¹

Helena Esser dos Reis²

Resumo: A pergunta acerca dos fundamentos e perspectivas da filosofia política nos remete à análise dos textos acadêmicos bem como dos discursos políticos proferidos por Alexis de Tocqueville, a fim de analisar o nexo entre a palavra escrita que expressa o pensar filosófico sobre a política e a palavra articulada dos discursos políticos que propicia a transposição do pensamento à ação. Neste ir e vir da palavra à ação em companhia de Tocqueville, pretendemos compreender o modo como ele assume e realiza seu compromisso fundamental com a liberdade e, então, pensar acerca da tarefa inerente à filosofia política.

Palavras-chave: liberdade – igualdade – democracia – escritos e discursos – ação.

“A liberdade é a primeira de minhas paixões, eis o que é verdade.”

Alexis de Tocqueville

Herdeiro de legados dissonantes (dos valores aristocráticos sob os quais fora educado, mas que já não podiam subsistir, e das idéias democrático-liberais que se impunham, instigando os homens a possibilidades inteiramente novas e desconhecidas), Tocqueville sabe que o

¹ A primeira versão deste artigo foi apresentada durante o XII Encontro Nacional da Anpof, em 2006, no contexto das discussões do GT Ética e Filosofia Política.

² Professora da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás. E-mail: helenaeffer@uol.com.br

passado não retorna jamais e assume uma postura de reconhecimento dos novos tempos – o que não significa diretamente adesão –, pois, ainda que não acredite na exemplaridade do processo de democratização francês, no qual a liberdade e a igualdade parecem estar em oposição, ele assume a posição de quem busca, dentro da nova forma social, um modo de preservar a liberdade humana.

Preservar a liberdade humana, longe de qualquer homogenização entre os indivíduos, supõe que os homens sejam capazes de pensar, julgar e agir por si mesmos junto com os demais, sem perderem a singularidade. E, creio, é neste sentido que podemos compreender sua longa amizade com Arthur de Gobineau, apesar de ter discordado de suas idéias racistas e antidemocráticas e de ter sempre manifestado sua discordância, como podemos ver em uma carta que lhe remete no início de 1857:

Aos meus olhos, as sociedades humanas como os indivíduos não são alguma coisa senão pelo uso da liberdade. Que a liberdade seja mais difícil de fundar e manter nas sociedades democráticas como as nossas do que em certas sociedades aristocráticas que nos precederam, eu sempre disse. Mas que isto seja impossível, eu não serei jamais tão temerário para pensar. Que falte a esperança do seu êxito, eu rogo a Deus de jamais me inspirar tal idéia. Não, eu não acredito que a espécie humana que está na cabeça da criação visível torne-se este bando depravado que você diz e que nada mais resta senão entregá-la sem futuro e sem recursos a um pequeno número de pastores que, no fim das contas, não são melhores animais do que nós e quase sempre são os piores. Permita-me de ter menos confiança em você do que na bondade e na justiça de Deus. (Tocqueville 9, p. 280-281).

Ainda que Tocqueville dirija severas críticas à teoria de Gobineau, jamais pretendeu que ele não a divulgasse ou defendesse, pelo contrário, propôs-se mesmo a apresentá-lo como membro correspondente da

Academia de Ciências Morais e Políticas. Porém, advertiu que deveria escrever um texto “fora da política”, sob pena de não poder defendê-lo, pois desaprovava suas idéias racistas e antidemocráticas não apenas por elas mesmas, mas também em vista das conseqüências imorais ou perniciosas que produziam nos homens e nas sociedades.³ O reconhecimento do talento de Gobineau à despeito da oposição às suas idéias revela, para além das ambigüidades e incertezas, um pensamento audaz e aberto para o novo.

Para Tocqueville importa, sobretudo, favorecer a diversidade e o diálogo, pois, acredita, é a única forma de preservar, nas sociedades baseadas na igualdade de condições, a liberdade dos homens. Seu pensamento traz a marca de seu temperamento: inquieto, dinâmico, mas seguro de seus princípios. Ora ele parece desejar ousar, construir algo novo, ora a novidade parece amedrontá-lo, o que o faz assumir posturas conservadoras; ora ele se mostra cético, descrente, ora confessa sua paixão e sua confiança; ora denuncia os perigos e as fraquezas do Estado democrático, ora o qualifica como justo, pois entende que apenas no Estado democrático todos os homens podem ser igualmente livres. Entretanto, apesar da dificuldade que o movimento de seu pensamento impõe aos seus leitores, creio que é justamente nessa agitação, nesse contínuo jogo de contrários que reside a fecundidade de suas idéias.

Convencido de que a única causa a defender é a da liberdade e a da dignidade humana,⁴ Tocqueville revela o perigo da transformação do Estado democrático em despotismo para chamar atenção para os efeitos ambíguos da igualdade de condições: por um lado, o reconhecimento da capacidade de todos os homens pensarem e agirem por si mesmos junto com seus semelhantes; por outro, o isolamento, o individualismo, ou a massificação, a aniquilação da individualidade. Ainda que sejam opostos, tais efeitos são produtos possíveis do estado social que surge derrubando as hierarquias, as tradições e as autoridades.

³ Ver Tocqueville 9, p. 245 e 265.

⁴ Essa convicção o acompanha desde cedo até o fim de sua vida, como podemos ver expressa em diversas passagens de sua obra e correspondência. Ver, por exemplo: Tocqueville 9, p. 296-297; Tocqueville 15, p. 788.

A sorte não está dada, o destino não está traçado. O mesmo estado social pode ter, como consequência política, a emergência de um poder democrático ou de um poder despótico. Se Tocqueville não tem qualquer apego espontâneo pela igualdade de condições, ele está ciente de que, nos tempos que surgem, a liberdade não pode prescindir da igualdade. Trata-se, portanto, de fortalecer, por meio da arte, aquelas tendências, inerentes ao estado social igualitário, que favorecem a liberdade à medida que estimulam o homem a desenvolver-se. A liberdade não é uma dádiva, mas fruto da criação humana. Portanto, o único modo possível, no Estado democrático, de desenvolver a liberdade é estimulando a capacidade individual do julgamento e da ação no espaço público de convivência; seja por meio da criação das mais diversas associações, da circulação de idéias e do debate entre os cidadãos por intermédio da imprensa, da participação nos órgãos administrativos de suas comunidades, ou de qualquer outro modo que os cidadãos considerarem legítimos. Apenas o caráter divergente, múltiplo, inacabado da arte humana pode desenvolver nos homens o gosto pela liberdade, ou seja, o gosto de pensar e agir por si mesmos, junto com seus concidadãos, que os protegerá, ao mesmo tempo, contra a servidão política e a degradação da condição humana.

A fim de estudar os problemas decorrentes da liberdade e da igualdade que há mais de quarenta anos perturbavam a vida social e política francesa, Tocqueville considerou que conhecer a democracia americana poderia ser de algum proveito. Em sua chegada aos Estados Unidos, havia de sua parte mais curiosidade do que confiança; nada parecia entusiasamá-lo verdadeiramente, porque a tranqüilidade do estado democrático, acreditava ele num primeiro momento, devia-se antes “à natureza das coisas do que à vontade dos homens” (Melonio 6, p. 29). Mas, por meio da sua observação minuciosa e da sua convivência com as instituições e com a população em geral, percebe que muito pouco da democracia lá existente pode ser creditada às circunstâncias histórico-geográficas, como acreditavam os europeus em geral, mas deve-se fundamentalmente aos costumes e à intervenção dos homens. Assim, pouco a pouco “converte-se” (Melonio 6, p. 29)⁵ à democracia, pois compreende pela experiência americana, contrária à anarquia ou ao

despotismo conhecidos na França, que o respeito aos direitos pode prevalecer.

Retornando à França, após nove meses nos Estados Unidos, Tocqueville passou a dedicar-se, com impressionante entusiasmo, a escrever um livro baseando-se em suas anotações de viagem. Este livro, *A democracia na América*, é menos uma apresentação do que ocorria na sociedade e no Estado americano (afinal, não era este o objeto de sua preocupação, mas apenas um viés para alcançá-lo) do que, aproveitando o exemplo democrático do Novo Mundo, uma análise e discussão daquilo que dizia respeito ao estado social e político da França. Para Tocqueville, a democracia americana é fonte de inspiração, pois, à revelia do vir-a-ser da igualdade de condições impor-se como um fato providencial, são os próprios homens que, com costumes firmes e adequados, dirigem esse processo, harmonizando a igualdade com a liberdade.

Apesar disso, os valores aristocráticos que recebeu na infância não lhe permitem uma adesão cega aos novos tempos. Sua vida e sua obra são reflexos de sua paixão pela liberdade. Nesse sentido, a página intitulada “meus instintos, minhas opiniões” – encontrada por Antoine Redier nos arquivos da família de Tocqueville – tem o valor de uma confissão na qual ele aponta para os valores que regem sua vida e seu pensamento:

A experiência provou-me, sobre quase todos os homens, mas seguramente sobre mim mesmo, que se retorna sempre mais ou menos aos próprios instintos fundamentais, e que não se faz bem senão o que está de acordo com os instintos. Procuramos, então, sinceramente onde estão *meus instintos fundamentais e meus princípios sérios*. Tenho pelas instituições democráticas um gosto racional,⁶ mas sou aristocrata por instinto, ou seja, desprezo e temo a multidão. Amo com

5 Nas páginas que seguem, Melonio afirma ser possível datar a conversão de Tocqueville à democracia e argumenta, tal como Zetterbaum (Zetterbaum 16, p. 29-40), que tal conversão funda-se em uma convicção de ordem moral, na medida em que considera esse estado social e político melhor para o gênero humano do que o anterior.

6 Literalmente: “gosto de cabeça” (gout de tête).

paixão a liberdade, a legalidade e o respeito dos direitos, mas não a democracia, eis o fundo da minha alma. (...) A liberdade é a primeira de minhas paixões, eis o que é verdade. (Tocqueville 11, p. 87).

Seu temor ou desprezo pela multidão expressam sua aversão à barbárie e ao desmedido, mas em nada comprometem sua conversão à democracia, pois acreditava que os homens, em lugar de docilmente submeterem-se a força avassaladora do estado social igualitário, pudessem dirigi-la:

Os povos cristãos parecem-me oferecer hoje um espetáculo aterrador; o movimento que os impele é demasiado rápido para que ainda o possamos conter; não é ainda bastante rápido para que percamos a esperança de dirigi-lo: sua sorte está entre suas mãos, mas pode escapar-lhes bem depressa. Educar a democracia, reanimar se possível as suas crenças, purificar seus costumes, regular seus movimentos, substituir, pouco a pouco, sua inexperiência pela ciência dos negócios, seus instintos cegos pelo conhecimento de seus verdadeiros interesses; adaptar seu governo aos tempos e aos lugares; modificá-lo segundo as circunstâncias e os homens. Tal é o primeiro dos deveres impostos em nossos dias àqueles que dirigem a sociedade. É preciso uma ciência política nova para um mundo novo. (Tocqueville 10, Introduction, p. 7-8).

A novidade trazida pela igualdade de condições produz uma situação jamais vivida pelos homens. Segundo Tocqueville, nenhum evento do passado é capaz de fornecer aos homens os elementos necessários para decifrar esses novos tempos. Se os grandes exemplos da história já não podem servir de guia às ações dos homens dos novos tempos democráticos, Tocqueville volta-se para a América, onde a igualdade de condições atingiu, segundo observa, o seu desenvolvimento “mais completo e mais pacífico” (Tocqueville 10, Introduction, p. 15), com a

esperança de compreender quais são as conseqüências produzidas pela igualdade de condições e de como torná-la vantajosa aos homens. Assim, a América torna-se, na obra de Tocqueville, não exatamente um modelo que deva ser seguido, mas um laboratório no qual Tocqueville observa a relação entre a igualdade de condições e a liberdade dos cidadãos, a fim de instruir a si mesmo e aos homens em geral sobre os melhores meios de preservar a liberdade nas sociedades baseadas na igualdade de condições.

Os anos que seguem à redação do primeiro volume de *A democracia na América*, são anos intensos. Já em 1835, Tocqueville visita a Inglaterra e a Irlanda e, chocado com o contraste entre ricos e pobres, redige o artigo *Ensaio sobre o pauperismo* – que apresenta na Academia de Chebourg –, no qual denuncia a condição de miséria que surge junto com a riqueza da industrialização inglesa e as medidas inadequadas utilizadas pelo Estado para eliminação da miséria existente. Dois anos depois, escreve um segundo ensaio, cujo tom não é apenas de denúncia, mas propositivo. De acordo com o que compreendeu na América – que o desenvolvimento do Estado democrático depende dos costumes e das ações dos próprios cidadãos, Tocqueville analisa os meios dos quais o Estado pode se valer para fazer face à miséria, instigando, deste modo, o compromisso das instituições e dos cidadãos no desenvolvimento da liberdade e a da igualdade.

As preocupações sociais e políticas que motivaram suas análises acerca da Inglaterra dirigem o olhar de Tocqueville sobre a França. Em 1836 escreve um pequeno artigo intitulado *État social et politique de la France avant et depuis 1798*, no qual investiga a transformação das estruturas sociais e políticas francesas no período revolucionário. Estas análises de algum modo se fazem presentes no segundo volume de *A democracia na América*, o qual – já distante no tempo da viagem aos Estados Unidos – está muito mais voltado aos problemas que concernem ao desenvolvimento das condições sociais e políticas democráticas francesas.

Motivado para a ação, Tocqueville foi eleito Deputado em 1839 e aproveitou-se de seus estudos e análises para conduzir-se com autonomia na Assembléia Nacional, buscando auxiliar na construção de

condições necessárias para o fortalecimento da liberdade e da igualdade entre os franceses. Se nesta época Tocqueville não tem fôlego para outras obras de intensidade semelhante à primeira, encontramos inúmeros discursos sobre questões sociais e políticas que se mostraram importantes contribuições para as decisões tomadas pela Assembléia Legislativa Francesa.

Por meio de seus textos e de sua ação como deputado, Tocqueville demonstra acreditar enormemente na capacidade inventiva e criadora dos próprios homens. Apaixonado pela liberdade, assume para si a tarefa de exortar seus concidadãos, a fim de manter a liberdade no inevitável estado igualitário. Toda sua vida é voltada para a defesa incondicional da liberdade. Sua atuação como deputado foi marcada por uma postura independente, aliada a um agudo senso de crítica e capacidade de análise dos eventos. Como parlamentar, Tocqueville, avesso aos extremismos, buscou equacionar o vir-a-ser do estado social igualitário e o respeito aos direitos com a liberdade política e a legalidade.

Depois do golpe de Louis Napoleão contra a República, Tocqueville – profundamente decepcionado com o rumo tortuoso pelo qual a igualdade de condições se instalava na França – retirou-se do parlamento e se isolou em seu castelo, ao norte da França. Afastou-se do parlamento, mas, na verdade, não se retirou da vida política; apenas mudou de estratégia. Não aceitou ser conivente com a falta de compromisso em relação à liberdade e à proteção aos direitos que, segundo ele, devem nortear o estado democrático. Se sua participação como deputado e ministro não foi suficiente para auxiliar a bem conduzir o processo de democratização do Estado francês, ele retomou o espaço da escrita que, quase 20 anos antes, o projetara no cenário público nacional.

Nessa época, escreve *O Antigo Regime e a Revolução*, no qual reafirma a idéia, já presente em *A democracia na América*, de que o vir-a-ser da igualdade de condições é um fato inelutável, que se impõe aos homens há muitas e muitas gerações. Sua investigação acerca das causas da revolução visava, assim, a apresentar as causas gerais e particulares que determinavam os eventos, a fim de, desvelando nessas causas a participação direta dos homens, instruir e motivar os seus concidadãos. Afinal, já na introdução,⁷ fazendo uso de uma metáfora,

compara-se aos médicos que buscam descobrir nos órgãos de um corpo já morto as leis da vida. É também em vista da instrução pública para os homens que Tocqueville encontra forças para, superando sua saúde debilitada, escrever suas *Lembranças de 1848*. A tônica dessa obra, que ficou inacabada, recai na denúncia de uma doença do espírito, a qual se manifesta como degradação dos costumes públicos e apatia, decorrentes, sobretudo, da centralização administrativa a que a França estava submetida.

Através da escrita o autor quer motivar os seus concidadãos a ocuparem-se das questões públicas, a dedicarem-se ao bem uns dos outros, a fim de que, pela força do hábito, passem a buscar o entendimento e a virtude, desenvolvendo, finalmente, o gosto pela liberdade. Suas obras, seus discursos, sua atuação política adquirem o caráter de emulação para seus concidadãos dirigirem o vir-a-ser da igualdade de condições, de modo que possam, a exemplo dos americanos, fazer-se livres na igualdade. A condição fundamental, acredita Tocqueville, supõe o desenvolvimento de costumes que permitam aos homens ultrapassarem seus instintos egoístas. Sem fragilizar a iniciativa e a independência individual, é preciso integrar os homens às suas comunidades, fazendo-os participar da vida política e respeitar a igual liberdade de todos os demais. Pois se os cidadãos de uma sociedade têm costumes que os enclausuram em suas próprias individualidades, tornam-se descomprometidos com a vida política, ou, no máximo, comprometidos no limite dos seus próprios interesses, e o egoísmo de cada um interfere imediatamente no domínio público.

Entretanto, Tocqueville bem sabe que desenvolver nos homens dos tempos democráticos o gosto pela cidadania é um processo longo e que, *a priori*, não podemos estar seguros de seus resultados. E, ainda que critique a falta de luzes e a pouca virtude destes homens, Tocqueville jamais sugere a organização de uma elite política cuja tarefa seja dirigir o povo à liberdade. Pelo contrário, instiga a cada um dos segmentos da sociedade (sem qualquer exclusão) a organizar-se e participar do processo contínuo de construção da sua liberdade, o qual supõe não apenas a

7 Ver Tocqueville 8, Introduction, p. 950.

ação diária dos cidadãos gerindo o espaço público, mas sobretudo a capacidade de cada cidadão pensar e agir como membro da comunidade política. Pois, a liberdade, como os textos e as ações de Tocqueville sempre demonstraram, se realiza no espaço público, plural, tolerante, sempre aberto às mais dispares ações, pois toda exclusão significa servidão e degradação.

Between the word and the action: Tocqueville's compromise with freedom

Abstract: Investigations around foundations and perspectives of political philosophy carried us to the analysis of academical texts and political speeches made by Alexis de Tocqueville in order to elucidate the nexus between articulated word – as much as it expresses a philosophical thinking about political matters – and articulated word in political speeches – as much as it provides the passage from thinking to action. Going forward and backward from word to action, in company of Tocqueville, we are looking to understand how our author assumes and makes his fundamental compromises with liberty and, so doing, we come back to the subject of what are the inherent tasks of political philosophy.

Key-words: freedom – equality – democracy – writing and speech – action.

Bibliografia

1. BOESCHE, Roger. *The strange liberalism of Alexis de Tocqueville*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.
2. GIBERT, Pierre. L'éducation de la liberté selon Tocqueville. *Projet*, n. 69, p. 1087-1099, 1972.
3. GOLDSTEIN, Doris. Alexis de Tocqueville's concept of citizenship. *Proceedings of the American Philosophical Society*, n. 108, p. 39-53, 1964.
4. JARDIN, André. *Tocqueville*. New York: Farrar; Strauss and Girox, 1989.

5. MAYER, Jacob Peter. Sur la Democratie en Amerique: fragments inédits. *Revue Internationale de Philosophie*, n. 3, p. 300-312, 1959.
6. MELONIO, Françoise. *Tocqueville et les français*. Paris: Aubier, 1993.
7. REIS, Helena Esser dos. *A liberdade do cidadão: uma análise do pensamento ético-político de Alexis de Tocqueville*. Tese (Doutorado em Filosofia). São Paulo: FFLCH-USP, 2002.
8. TOCQUEVILLE, Alexis de. *L'Ancien Regime et la Revolution*. Paris: Robert Laffont, 1986.
9. _____. *Correspondence d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobienau*. In: *Oeuvres Complètes*, t. IX. Paris: Gallimard, 1959. (Bibliothèque de la Pléiade).
10. _____. *De la démocratie en Amérique*. In: *Oeuvres Complètes*, t. II. Paris: Gallimard, 1992. (Bibliothèque de la Pléiade).
11. _____. *Écrits et discours politiques*. In: *Oeuvres Complètes*, t. III. v. 2. Paris: Gallimard, 1985. (Bibliothèque de la Pléiade).
12. _____. *Écrits politiques et académiques*. In: *Oeuvres Complètes*, t. I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).
13. _____. *Etat social et politique de la France avant et depuis 1789*. Paris: Robert Laffont, 1986.
14. _____. *Mémoire sur le pauperisme*. In: *Oeuvres Complètes*, t. I. Paris: Gallimard, 1991. (Bibliothèque de la Pléiade).
15. _____. *Souvenirs*. Paris: Robert Laffont, 1986.
16. ZETTERBAUM, Marvin. *Tocqueville and the problem of democracy*. Stanford: Stanford University Press, 1967.